

SILVIA FEDERICI

MULHERES E CAÇA ÀS BRUXAS

DA IDADE MÉDIA AOS DIAS ATUAIS

TRADUÇÃO: HECI REGINA CANDIANI



Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio, por <i>Bianca Santana</i>	9
Introdução	21
Parte um Revisitando a acumulação primitiva do capital e a caça às bruxas na Europa	29
1 <i>Midsommervisen</i> “ <i>Vi elsker vort land</i> ”/ Canção de verão “Amamos nosso país”	33
2 Por que falar outra vez em caças às bruxas?	39
3 Caças às bruxas, cercamentos e o fim das relações de propriedade comunal	47
4 A caça às bruxas e o medo do poder das mulheres	61
5 Sobre o significado de “ <i>gossip</i> ”	75
Parte dois Novas formas de acumulação de capital e a caça às bruxas em nossa época	85
6 Globalização, acumulação de capital e violência contra as mulheres: uma perspectiva internacional e histórica	89
7 Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais	107
Conclusão	139
Bibliografia	143
Índice	151

6

Globalização, acumulação de capital e violência contra as mulheres: uma perspectiva internacional e histórica*

Da propagação de novas formas de caça às bruxas em várias regiões do mundo à escalada mundial no número de mulheres assassinadas diariamente, há cada vez mais evidências de que está se estabelecendo uma nova guerra contra as mulheres. Quais são os motivos e qual é a lógica por trás dela? Baseando-me em uma crescente literatura sobre esse tema, em grande parte produzida por ativistas/estudiosas feministas da América Latina, abordo essa questão colocando as novas formas de violência em um contexto histórico e investigando o impacto do desenvolvimento do capitalismo, passado e presente, na vida das mulheres e nas relações de gênero. Contra esse pano de fundo, também analiso a relação entre as diversas formas dessa violência – familiar, extra-doméstica e institucional – e as estratégias de resistência, criadas por mulheres em todo o mundo, para acabar com elas.

* Este ensaio é baseado em uma apresentação que fiz no fórum sobre feminicídio realizado em Buenaventura, Colômbia, entre 5 e 29 de março de 2016. Uma versão editada, "Undeclared War: Violence Against Women", foi publicada em "The Politics of Everyday Life", edição especial, *Artforum* 55, n. 10, 2017, p. 282-8.

Introdução

Desde os primórdios do movimento feminista, a violência contra as mulheres tem sido uma das principais questões da mobilização feminista, inspirando a formação do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, em março de 1976, com a presença de mulheres de quarenta países, apresentando depoimentos sobre maternidade e esterilização compulsórias, estupro, agressões físicas, encarceramento em hospitais psiquiátricos e o tratamento brutal das mulheres em prisões¹. Desde então, as iniciativas feministas de combate à violência se multiplicaram, bem como as leis aprovadas por governos em consequência das Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre a Mulher. Longe de diminuir, porém, a violência contra a mulher cresceu em todas as partes do mundo, a ponto de as feministas, agora, descreverem sua forma letal como “femicídio”. A violência, medida pelo número de mulheres assassinadas e violadas, não apenas segue crescente, como, segundo mostraram autoras feministas, tornou-se mais pública e mais brutal e assume formas antes só vistas em tempos de guerra².

Quais são as forças que impulsionam esse fenômeno e o que ele nos diz sobre as transformações na economia global e na posição

¹ Ver Diana E. H. Russell e Nicole Van de Ven (eds.), *Crimes against Women: Proceedings of the International Tribunal* (3. ed., Berkeley, Russell, 1990 [1976]). Disponível em: <http://womenation.org/wp-content/uploads/2013/09/Crimes_Against_Women_Tribunal.pdf>; acesso em: 3 maio 2018.

² Muito importante, nesse contexto, é o trabalho da estudiosa argentina Rita Laura Segato. Ver *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado* (Cidade do México, Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006); e *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* (Puebla, Pez en el Arbol, 2014).

social das mulheres? As respostas a essas perguntas têm variado, mas há cada vez mais evidências de que as causas na raiz dessa atual onda de violência são as novas formas de acumulação de capital, que envolvem a desapropriação de terras, a destruição das relações comunitárias e uma intensificação na exploração do corpo e da mão de obra das mulheres.

Em outras palavras, *a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas.*

Capitalismo e violência contra as mulheres

O desenvolvimento do capitalismo começou com uma guerra contra as mulheres: a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, processo que, na Europa e no Novo Mundo, levou a milhares de mortes. Como escrevi em *Calibã e a bruxa*, esse fenômeno sem precedentes históricos foi um elemento central do processo que Marx definiu como acumulação primitiva, pois destruiu um conjunto de sujeitos e práticas femininas que atravancava o caminho das principais condições para o desenvolvimento do sistema capitalista: acumulação de uma numerosa mão de obra e imposição de uma disciplina de trabalho mais coercitiva. Apontar e perseguir as mulheres como “bruxas” preparou o terreno para o confinamento das europeias no trabalho doméstico não remunerado. Isso legitimou sua subordinação aos homens, dentro e fora da família. Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, as caças às bruxas estruturaram uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje, embora tenha se ajustado constantemente em

resposta à resistência das mulheres e às necessidades sempre em transformação do mercado de trabalho.

Com torturas e execuções a que as mulheres acusadas por bruxaria estiveram sujeitas, as demais logo aprenderam que, para ser socialmente aceitas, teriam de se mostrar obedientes e silenciosas e aceitar o trabalho pesado e os abusos masculinos. Até o século XVIII, para aquelas que resistiam, haveria a “*scold’s bridle*” [rédea das rabugentas], engenhoca também usada para amordaçar pessoas escravizadas que circundava a cabeça e, se a pessoa tentasse falar, dilacerava sua língua. Formas de violência específicas em função do gênero também foram perpetradas nas fazendas de monocultura onde, no século XVIII, as agressões sexuais dos senhores contra as escravizadas se transformou em uma política sistemática de estupro, na medida em que os proprietários de terras tentavam substituir a importação de pessoas vindas da África para serem escravizadas por um criadouro local sediado na Virgínia³.

A violência contra as mulheres não desapareceu com o fim das caças às bruxas e a abolição da escravidão. Pelo contrário, foi normalizada. Nos anos 1920 e 1930, no auge do movimento eugenista, a “promiscuidade sexual” feminina, retratada como doença mental, era punida com internação em hospitais psiquiátricos ou esterilização⁴. A esterilização de mulheres de grupos étnicos minoritários, de mulheres pobres e de mulheres que exerciam sua sexualidade fora do casamento continuou até os anos 1960, tanto no sul quanto

³ Ned Sublette e Constance Sublette, *The American Slave Coast: A History of the Slave-Breeding Industry* (Chicago, Lawrence Hill, 2016).

⁴ Em um conjunto de artigos publicados nos anos 1930 em *New Masses*, Meridel Le Sueur descreveu como, durante a Grande Depressão, mulheres desempregadas da classe trabalhadora que recebiam assistência do governo viviam com medo de serem

no norte, tornando-se “a forma de controle de natalidade que mais rapidamente cresce nos Estados Unidos”⁵. A violência contra as mulheres também incluía o uso generalizado, nos anos 1950, da lobotomia para a cura da depressão, sendo que esse tipo de cirurgia era considerado ideal para as mulheres destinadas ao trabalho doméstico, função que supostamente não requeria cérebro.

Como destacou Giovanna Franca Dalla Costa em *Un lavoro d'amore* [Um trabalho de amor], de 1978, o mais importante é que a violência sempre esteve presente na família nuclear como uma mensagem nas entrelinhas, uma possibilidade, porque os homens, graças a seus salários, conquistaram o poder de supervisionar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, de usar as mulheres como serviçais e de punir sua recusa a esse trabalho. Por isso a violência doméstica praticada pelos homens não foi, até recentemente, considerada crime. Em paralelo à legitimação, pelo Estado, dos direitos de pais e mães castigarem suas crianças como parte de um treinamento para se tornarem a futura mão de obra, a violência doméstica contra as mulheres tem sido tolerada pelos tribunais e pela polícia como reação legítima ao não cumprimento, por parte das mulheres, de suas obrigações domésticas.

Enquanto a violência contra as mulheres tem sido normalizada como aspecto estrutural das relações familiares e de gênero, o que se consolidou nas últimas décadas ultrapassa a norma. Um caso exemplar é o dos assassinatos na Ciudad Juárez, que fica em frente a El Paso, no Texas, do outro lado da fronteira mexicana,

sequestradas por assistentes sociais e internadas ou esterilizadas à força. Meridel Le Sueur, *Women on the Breadlines* (2. ed. rev., Nova York, West End, 1984 [1977]).

⁵ Dorothy Roberts, *Killing the Black Body: Race, Reproduction, and the Meaning of Liberty* (Nova York, Vintage, 2016 [1997]), p. 90-1.

onde, nos últimos vinte anos, centenas de mulheres desapareceram, com o corpo torturado tendo sido muitas vezes encontrado abandonado em locais públicos. Esse não é um caso isolado. Sequestros e assassinatos de mulheres são uma realidade diária na América Latina hoje, evocando memórias das “guerras sujas” que, nos anos 1980, derramaram sangue em muitos países da região. Isso porque a classe capitalista está determinada a virar o mundo de cabeça para baixo a fim de consolidar seu poder, que foi enfraquecido nos anos 1960 e 1970 pelas lutas anticoloniais, feministas e contra o *apartheid*, como o movimento Black Power. E faz isso atacando os meios de reprodução da população e instituindo um regime de guerra permanente.

Minha tese, em outras palavras, é de que estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a “globalização” é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. Não surpreende que a violência contra as mulheres tenha sido mais intensa naquelas partes do mundo (África subsaariana, América Latina e Sudeste Asiático) mais ricas em recursos naturais e agora mais valorizadas para especulações comerciais, onde a luta anticolonial tem sido mais forte. Maltratar as mulheres é útil para os “novos cercamentos”⁶. Prepara o terreno para as apropriações de terras, privatizações e guerras que, por anos, têm devastado regiões inteiras.

⁶ O conceito de “novos cercamentos” foi articulado em uma edição da série *Midnight Notes* dedicada a esse tema, designando as consequências de programas de ajuste estrutural e regimes de destruição de terras comunais na África e em outras antigas

A brutalidade dos ataques perpetrados contra as mulheres é, geralmente, tão extrema que eles não parecem ter propósitos utilitários. Referindo-se às torturas infligidas ao corpo das mulheres por organizações paramilitares que operam na América Latina, Rita Laura Segato falou sobre uma “violência expressiva” e uma “crueldade pedagógica”, argumentando que seu objetivo é aterrorizar, transmitir uma mensagem, primeiro às mulheres e depois, por meio delas, a populações inteiras, de que não se deve esperar nenhuma compaixão⁷. Por remover as populações de grandes áreas, por forçar as pessoas a saírem de suas casas, suas plantações, suas terras ancestrais, a violência contra as mulheres é parte crucial das operações de empresas mineradoras e petroleiras que hoje deslocam um grande número de pessoas de aldeias da África e da América Latina. Este é o outro lado de mandatos de instituições internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, que moldam a política econômica global, estabelecem as regras de mineração e são, em última análise, responsáveis pelas condições neocoloniais sob as quais as corporações operam em terra firme. Na verdade, é para seus escritórios e seus planos de desenvolvimento que temos de nos voltar a fim de compreender a lógica pela qual milícias atiraram com arma de fogo na vagina de mulheres nos campos de extração de diamantes, columbita-tantalita (coltan) e cobre na República Democrática do Congo ou que soldados guatemaltecos abriram a barriga de grávidas com

regiões coloniais em geral. Ver *Midnight Notes Collective, The New Enclosures, Midnight Notes*, n. 10, 1990. Disponível em: <<https://libcom.org/library/midnight-notes-10-1990-new-enclosures>>; acesso em: 3 jul. 2019.

⁷ Rita Laura Segato, *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*, cit., p. 22-3.

facas em uma ação que continua sendo descrita como guerra de contrainsurgência. Segato está certa. Tamaña violência não pode emergir do cotidiano de nenhuma comunidade. É uma "violência ensinada em manuais". Precisa ser planejada, calculada e executada sob garantia máxima de impunidade, da mesma maneira que as mineradoras, hoje, poluem totalmente impunes terras, rios e cursos d'água com produtos químicos letais, enquanto as pessoas que vivem desses recursos são detidas por guardas de segurança se ousarem resistir. Não importa quem sejam os criminosos imediatos, apenas Estados e agências poderosas podem dar sinal verde a tamanha devastação e garantir que os culpados nunca sejam levados à justiça.

É essencial enfatizar que a violência contra as mulheres é um elemento-chave nessa nova guerra global não apenas pelo horror que evoca ou pelas mensagens que transmite, mas pelo que as mulheres representam em termos de capacidade de manter comunidades coesas e, o que é igualmente relevante, de defender noções não comerciais de segurança e abundância. Na África e na Índia, por exemplo, até recentemente as mulheres tinham acesso a terras comunais e dedicavam grande parte de sua jornada de trabalho à agricultura de subsistência. No entanto, tanto a posse permanente de terras comunais como a agricultura de subsistência encontram-se sob forte ataque institucional, criticadas pelo Banco Mundial como uma das causas da pobreza global sob a hipótese de que a terra é um "patrimônio morto" a menos que seja legalmente registrada e usada como caução para obter empréstimos bancários para o início de alguma atividade comercial.

Na realidade, é graças à agricultura de subsistência que muitas pessoas têm sobrevivido aos brutais programas de austeridade.

Críticas como as do Banco Mundial, porém, repetidas em dezenas de reuniões com autoridades governamentais e líderes locais, têm sido bem-sucedidas tanto na África como na Índia, de modo que as mulheres são forçadas a desistir da produção de subsistência e a trabalhar como ajudantes dos maridos na produção de matérias-primas. Como observou Maria Mies, essa dependência forçada é uma das formas específicas pelas quais as mulheres de áreas rurais vêm sendo "integradas ao desenvolvimento", que é, em si, um processo violento. Esse processo não é apenas "garantido pela violência inerente às relações patriarcais entre homens e mulheres", mas também desvaloriza as mulheres, de modo que os homens das comunidades as enxergam (principalmente quando são idosas) como seres inúteis, cujos bens e o trabalho podem ser apropriados sem escrúpulos.

Mudanças em leis e regras de propriedade de terras e no conceito do que pode ser considerado fonte de valor parecem também estar na raiz de um fenômeno que produziu muita miséria para as mulheres desde os anos 1990, especialmente na África e na Índia: a volta da caça às bruxas. Diversos fatores contribuíram para o ressurgimento das caças às bruxas, entre eles a desintegração da solidariedade comunal, devido a décadas de empobrecimento e aos danos causados pela aids e outras doenças nas sociedades em que a desnutrição é extrema e os sistemas de atendimento à saúde entraram em colapso. Outros fatores são a expansão das seitas evangélicas neocalvinistas, que pregam que a pobreza é provocada por falhas pessoais ou por ações maldosas das bruxas. Contudo, observa-se que as acusações por bruxaria são mais frequentes nas áreas destinadas a projetos comerciais ou nas quais processos de privatização de terras estão em curso (como

nas comunidades tribais da Índia) e quando a acusada possui algum terreno a ser confiscado. Na África, em especial, as vítimas são mulheres mais velhas que vivem de algum pedaço de terra, enquanto as acusações partem de integrantes mais jovens das comunidades ou mesmo das próprias famílias, em geral jovens sem emprego que veem as idosas como usurpadoras do que deveria lhes pertencer e que podem sofrer manipulação por parte de outros agentes que permanecem nas sombras, incluindo líderes locais que muitas vezes conspiram com os interesses comerciais.⁸

Há outras formas pelas quais as novas formas de acumulação de capital incitam a violência contra as mulheres. Desemprego, precarização do trabalho e queda da renda familiar são fundamentais. Privados de rendimentos, os homens descarregam suas frustrações nas mulheres ou tentam recuperar o dinheiro perdido e o poder social explorando o corpo e o trabalho delas. É o caso dos “assassinatos por dotes” na Índia, onde homens da classe média matam a esposa caso ela não traga bens suficientes consigo ou para se casar com outra mulher e obter outro dote. Outro exemplo é o tráfico sexual, elemento-chave na expansão da indústria do sexo, que é administrada, predominantemente, por organizações criminosas masculinas capazes de impor o trabalho escravo “em sua forma mais bruta”⁹.

Aí a micropolítica individual imita a macropolítica institucional e com ela se funde. Para o capital, bem como para os homens lançados a condições precárias, o valor das mulheres reside cada vez mais na mão de obra barata que elas podem oferecer no mercado

⁸ Sobre a caça às bruxas na África, ver “Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais”, Capítulo 7 deste volume.

⁹ Maria Mies, *Patriarchy and Accumulation on a World Scale* (Londres, Zed, 2014 [1986]), p. 146.

por meio da venda de seu trabalho e de seu corpo, não no trabalho doméstico não remunerado, que precisaria ser sustentado por um salário masculino estável no mercado, algo que o capitalismo contemporâneo está determinado a eliminar paulatinamente, exceto para setores restritos da população. O trabalho das mulheres no lar e como produtoras de novas gerações não desapareceu, mas não é mais uma condição suficiente para a aceitação social. Ao contrário, a gravidez é muitas vezes uma desvantagem, aumentando significativamente a vulnerabilidade das mulheres à violência, na medida em que os homens se ressentem da responsabilidade que a gestação acarreta. Assim, a política econômica que emergiu recentemente estimula relações familiares mais violentas, já que as mulheres não devem depender dos homens e devem levar dinheiro para casa, mas depois são vítimas de abusos se deixam a desejar nas tarefas domésticas ou se exigem mais poder como reconhecimento a suas contribuições monetárias.

A necessidade das mulheres de sair de casa, emigrar e levar seu trabalho reprodutivo para as ruas (como vendedoras, comerciantes, trabalhadoras do sexo) a fim de sustentar sua família também dá origem a novas formas de violência contra elas. Na verdade, todas as evidências indicam que a integração das mulheres na economia global é um processo violento. Sabe-se que mulheres imigrantes da América Latina tomam anticoncepcionais supondo que serão estupradas pela polícia de fronteira, agora militarizada. Vendedoras ambulantes entram em confronto com a polícia que tenta confiscar suas mercadorias. Como observou Jules Falquet, à medida que as mulheres deixam de servir a um homem para servir a muitos (cozinhando, limpando, prestando serviços sexuais), as formas tradicionais de coibição

vêm abaixo, tornando-as mais vulneráveis aos abusos. A violência masculina individual também é uma resposta às exigências mais assertivas das mulheres por autonomia e independência econômica ou, mais simplesmente, uma reação negativa contra a ascensão do feminismo¹⁰. Esse foi o tipo de violência que irrompeu na Escola Politécnica de Montreal, em 6 de dezembro de 1989, quando um homem entrou em uma sala de aula, separou os homens das mulheres e atirou contra elas, gritando: “Vocês são todas umas malditas feministas”, matando catorze mulheres. A misoginia também é agravada pelo racismo. Nos Estados Unidos, onde, desde os anos 1980, os assassinatos de mulheres têm aumentado constantemente, com mais de 3 mil mortas a cada ano, os casos perpetrados contra grupos étnicos minoritários são menos propensos a receber atenção midiática ou a ser solucionados que os assassinatos de brancas – basta ver a enorme lentidão das investigações de assassinatos em série de mulheres afro-estadunidenses de baixa renda em Los Angeles e outras cidades. A transfobia também agrava a misoginia. Entre 2010 e 2016, pelo menos 111 pessoas em não conformidade de gênero e transgênero foram assassinadas nos Estados Unidos, a maioria mulheres trans e negras. De acordo com a Coalizão Estadunidense de Programas Contra a Violência (NCAVP, na sigla em inglês), 23 desses homicídios ocorreram em 2016, número mais alto já registrado pela organização. Também no Canadá, a violência racializada está em ascensão. Dezenas de mulheres, a maioria de indígenas nativas, desapareceram e depois foram

¹⁰ Jane Caputi e Diana E. H. Russell, “Femicide: Sexist Terrorism Against Women”, em Jill Radford e Diana E. H. Russell (eds.), *Femicide: The Politics of Woman Killing* (Nova York, Twayne, 1992), p. 13-21.

encontradas mortas ao longo da hoje chamada *Highway of Tears* [Estrada das Lágrimas]¹¹.

Essas formas de violência são nitidamente diferentes daquelas infligidas às mulheres por forças paramilitares, narcotraficantes, exércitos e seguranças privados das empresas. Ainda assim, estão profundamente relacionadas. Como Sheila Meintjes, Anu Pillay e Meredith Turshen apontaram¹², o que associa a violência dos períodos de guerra e de paz é a recusa da autonomia das mulheres, que, por sua vez, é associada ao controle sexual e à alocação de recursos. Maria Mies também assinalou: “Em todas essas relações de produção, baseadas na violência e na coerção, podemos observar uma inter-relação entre os homens (pais, irmãos, maridos, cafetões, filhos), a família patriarcal, o Estado e os empreendimentos capitalistas”¹³. A violência doméstica e pública (isto é, a violência militar ou paramilitar, a caça às bruxas) também sustentam uma à outra. Muitas vezes, as mulheres não denunciam os abusos que sofreram por medo de serem rejeitadas pela família ou submetidas a mais violência. Por outro lado, a tolerância institucional à violência doméstica gera uma cultura de impunidade que contribui para normalizar a violência pública infligida às mulheres.

Em todos os casos mencionados, a violência contra as mulheres é uma violência física. Além disso, não devemos ignorar a violência cometida por meio de políticas econômicas e sociais e

¹¹ Dan Levin, “Dozens of Women Vanish on Canada’s Highway of Tears, and Most Cases Are Unsolved”, *New York Times*, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/05/25/world/americas/canada-indigenous-women-highway-16.html>; acesso em: 3 jul. 2019.

¹² Sheila Meintjes, Anu Pillay e Meredith Turshen (eds.), *The Aftermath: Women in Post-conflict Transformations* (Londres, Zed, 2001).

¹³ Maria Mies, *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*, cit., p. 146.

pela mercantilização da reprodução. A pobreza resultante de cortes em bem-estar, emprego e serviços sociais deveria ser considerada, em si, uma forma de violência, bem como as condições de trabalho desumanas como as encontradas, por exemplo, nas *maquillas*^{*}, as novas monoculturas escravistas. A falta de assistência médica, a recusa de acesso ao aborto, o aborto de fetos femininos, a esterilização de mulheres na África, na Índia e na América Latina em nome do “controle demográfico” e, sobretudo, o “microcrédito” – frequentemente levando à catástrofe para quem não consegue pagar os empréstimos – também são formas graves de violência. A isso devemos acrescentar a crescente militarização da vida cotidiana, com a conseqüente glorificação dos modelos agressivos e misóginos de masculinidade. Como Jules Falquet sustentou, a proliferação de homens armados e o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, na qual a maioria dos empregos vagos para os homens exige violência (como segurança particular, segurança comercial, agente prisional, membro de gangue e máfia e soldado em exército regular ou privado), desempenham papel central em forjar masculinidades cada vez mais tóxicas¹⁴. As estatísticas mostram: quem mata são, na maioria das vezes, homens familiarizados com as armas, que têm acesso a elas e que estão acostumados a resolver conflitos com violência. Nos Estados Unidos, são em geral policiais ou veteranos das guerras do Iraque e do Afeganistão. O nível elevado de violência

* Manufaturas ou fábricas de montagem estabelecidas no México, mas que operam sob o comando ou os interesses econômicos de empresas dos Estados Unidos e outros países. (N. T.)

¹⁴ Jules Falquet, “Hommes en armes et femmes ‘de service’: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle internationale du travail”, *Cahiers de Genre*, n. 49, 2006, p. 15-37.

contra as mulheres no Exército dos Estados Unidos tem sido significativo nesse contexto. Como Frantz Fanon apontou, referindo-se aos homens franceses cuja tarefa era torturar rebeldes da Argélia, a violência é integral: não se pode praticá-la como ocupação diária sem desenvolver traços de caráter violentos e levá-la para casa. A construção e a disseminação pela mídia de modelos hipersexualizados de feminilidade exacerbou esse problema, convidando abertamente à agressão sexual e contribuindo para uma cultura misógina em que as aspirações de autonomia das mulheres são degradadas e reduzidas à condição de provocação sexual.

Dado o caráter difuso da violência que as mulheres enfrentam, fica claro que a resistência também deve ser organizada em muitas frentes. Mobilizações já estão em curso, evitando progressivamente as soluções sem futuro, como exigir uma legislação mais punitiva que sirva apenas para dar mais poder às mesmas autoridades que são direta e indiretamente responsáveis pelo problema. Mais eficazes são as estratégias que as mulheres concebem quando controlam as coisas. Táticas particularmente bem-sucedidas são a abertura de abrigos não controlados por autoridades, mas pelas mulheres que os utilizam, a organização de aulas de autodefesa e o desenvolvimento de manifestações amplamente inclusivas, como as marchas *Take Back the Night* [Recuperar a noite]* originadas nos anos 1970 ou as marchas contra o estupro e os assassinatos por dote organizadas pelas mulheres na Índia, que muitas vezes conduziram a protestos sentados (*sit-ins*) na vizinhança dos

* No contexto original, a expressão era uma referência ao desejo de pôr fim ao medo que as mulheres sentem de serem vítimas de violência sexual ao caminharem sozinhas à noite. Ao longo dos anos, o objetivo das marchas se ampliou, e hoje esses protestos combatem as várias formas de violência contra as mulheres. (N. T.)

responsáveis pelos crimes ou em frente a delegacias. Nos últimos anos, temos visto também a ascensão de campanhas contra as caças às bruxas tanto na África como na Índia, com mulheres e homens indo de aldeia em aldeia, orientando a população quanto às causas de doenças e os interesses dos homens que atuam como curandeiros tradicionais, líderes locais e outros frequentemente responsáveis pelas acusações. Em algumas regiões da Guatemala, as mulheres começaram a anotar o nome de soldados abusivos e, então, expô-los nas aldeias em que eles nasceram. Em todos os casos, a decisão das mulheres de contra-atacar, romper seu isolamento e se juntar a outras tem sido vital para o sucesso desses esforços. Essas estratégias, no entanto, não podem produzir mudanças duradouras se não forem acompanhadas por um processo de reavaliação da posição das mulheres e das atividades reprodutivas que elas realizam para sua família e sua comunidade, e isso não pode ser atingido a menos que as mulheres obtenham os recursos de que precisam para serem independentes dos homens, de forma que não sejam forçadas, em prol da sobrevivência, a aceitar condições de trabalho e relações familiares que representem perigo e exploração.